



PERPÉTUO
Educação e Cultura



Creche | Pré-Escolar | 1.º Ciclo | Escola Profissional | Centro de Dia

Relatório de Gestão e Contas 2025

PERPÉTUO, Educação e Cultura

- Instituição para o Desenvolvimento da Educação, da Cultura e da Solidariedade -

ÍNDICE

01 Relatório da Direção	4
1. Introdução	4
2. Mensagem da Direção.....	7
3. Aspetos relevantes da gestão do ano de 2025.....	9
4. Proposta de aplicação de Resultados.....	15
5. Outras informações requeridas.....	15
6. Perspetivas para o ano 2026	15
7. Conclusões.....	18
8. Agradecimentos.....	19
02 Balanço	20
03 Demonstração de Resultados por Natureza	21
04 Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
05 Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	23
06 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	25
1. Identificação da Entidade.....	26
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	26
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	27
3.1. Bases de Apresentação	27
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilística e Erros.....	31
5. Ativos Fixos Tangíveis	31
6. Inventários.....	32
7. Custos de Empréstimos Obtidos	33
8. Réditos.....	35
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	36
10. Imposto sobre o Rendimento	38
11. Benefícios dos Empregados	38
12. Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento	38
13. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	39
14. Outras Informações.....	40

Handwritten signature

Melia

Handwritten signature

14.1.	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	40
14.2.	Créditos a receber.....	40
14.3.	Outros ativos correntes.....	41
14.4.	Diferimentos	43
14.5.	Caixa e Depósitos Bancários.....	43
14.6.	Fundos Patrimoniais.....	44
14.7.	Fornecedores	44
14.8.	Estado e Outros Entes Públicos.....	45
14.9.	Outros passivos correntes.....	45
14.10.	Fornecimentos e serviços externos	46
14.11.	Outros rendimentos.....	47
14.12.	Outros gastos.....	48
14.13.	Juros e Gastos similares suportados	49
14.14.	Valências, nº de utentes e quadro de pessoal	49
14.15.	Entidades Relacionadas	50
14.16.	Pressuposto da continuidade.....	51
14.17.	Acontecimentos após data de Balanço.....	52
15.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	53
07	Relatório e Certificação Legal das Contas	54
08	Parecer do Conselho Fiscal	57
09	Decisão da Direção.....	58

28

Nélia

A
D

01 Relatório da Direção

1. Introdução

Foi em 1934 que os Missionários Redentoristas estabeleceram a sua primeira comunidade na cidade do Porto - na Rua da Firmeza - onde permanecem até hoje, tendo reinventado o seu dinamismo comunitário inúmeras vezes, de acordo com o carisma missionário que lhes dá razão de ser. Foi com esse dinamismo missionário que, no final da década de 50, na medida em que estava já estabelecida uma comunidade cristã alargada em torno da comunidade redentorista, os redentoristas iniciaram uma resposta social nova na cidade. Tendo essa comunidade o nome de “Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, e tendo sido dado esse título também à igreja então em construção, criou-se na altura um grupo voluntário de pessoas com esse mesmo nome, para organizarem o que fosse preciso: Confraria de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Foi assim que nasceu o que rapidamente se chamou “Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, hoje, “PERPÉTUO, Educação e Cultura”.

O pe. Marinho Cía, redentorista espanhol que era um dos membros dessa comunidade, foi quem se adiantou nesta resposta e assumiu o processo de a concretizar de um modo cada vez mais estruturado: primeiro, serviços de medicina geral e enfermagem. Consequentemente, a distribuição gratuita de medicação necessária. Depois, o apoio às famílias com crianças em idade escolar, permitindo que todas pudessem estudar. Os ciclos de ensino foram alargando até se chegar à Escola Profissional, com cursos diferenciados. Por fim, o Centro de Dia, para acolher os mais idosos e sozinhos. Foi um processo de muitos anos, começado na Rua Firmeza, passando depois pela Travessa de São Marcos, Rua D. João IV e, finalmente, Rua de Costa Cabral, onde começou a ganhar forma o atual complexo, a partir do primeiro edifício que foi a garagem e a Sala-Estúdio.

A data que comemoramos é 26 de janeiro de 1958, mas a história que contamos é feita de tantos e tão variados dias.

MISSÃO:

Desde os seus primeiros passos, o objetivo do PERPÉTUO assenta a sua raiz na missão e espiritualidade redentoristas, cujo carisma incide no anúncio cristão da redenção, isto é:

- O amor de Deus por cada pessoa humana, sem distinção de raça, género, credo, ideologia, orientação;

28.
Nélicia
A
B

- A vocação radical à liberdade, o que implica a salvação das pessoas todas e da pessoa toda;
- A promoção da dignidade humana e dos direitos fundamentais das pessoas, pela prática da justiça social e do amor fraterno;
- A criação de contextos comunitários saudáveis e inspiradores de fraternidade, para que o desenvolvimento humano seja estimulado;
- A opção preferencial por aqueles que menos são prezados nos contextos em que nos movemos, e pelos mais necessitados.

É este o ADN carisma redentorista e, por isso, é este o ADN do Perpétuo. Cada dia estamos em caminho de nos tornarmos aquilo que somos, de reinterpretarmos a nossa própria razão de ser.

A *Missão do "PERPÉTUO, Educação e Cultura"*, portanto, é clara e prevalece desde a origem, fazendo jus ao carisma redentorista antes enunciado:

Dedicar-se incansavelmente à promoção e ao desenvolvimento criativo, emocional, intelectual, cultural e social do ser humano que nos é confiado, nas diversas fases (criança, adolescente, jovem e idoso); Comprometer-se na criação de um ambiente acolhedor, inclusivo e compassivo, fundamentado na sensibilidade ao que é verdadeiramente justo, bom e libertador; Esforçar-se diariamente para a edificação de um contexto em que cada pessoa encontre apoio e inspiração para evoluir e contribuir na construção de uma comunidade melhor.

VISÃO:

Porque agradecemos muito a HISTÓRIA que já temos,

porque acreditamos na possibilidade de sermos uma COMUNIDADE,

porque estamos implicados num PROJETO COMUM,

a nossa ambição é continuar a ser uma Instituição que seja uma resposta completa em todas as etapas do desenvolvimento de cada ser humano que nos é confiado.

Almejamos ser uma referência de qualidade no serviço prestado às famílias, inspirando gerações no caminho da autodescoberta solidária, do serviço altruísta e de uma mundividência autenticamente humanista.

Olhamos para cada pessoa como uma aventura humana única, original e irrepetível, tendo sempre no centro o bem maior de cada um e a vigilância aos dinamismos de mudança que continuamente marcam os tempos e os lugares. Sabemos, por isso, que em cada pessoa há desafios próprios e circunstâncias que devem ser conhecidas com grande competência e acompanhadas com grande proximidade.

Visualizamos um futuro onde cada pessoa que faz parte da vida e do ambiente do “PERPÉTUO, Educação e Cultura”, venha a tornar-se, nutrida pelos nossos princípios e valores, um agente de mudança positiva nas comunidades ao seu redor.

VALORES:

O “PERPÉTUO, Educação e Cultura” é uma Instituição dos Missionários Redentoristas, Congregação Missionária fundada em Nápoles em 1732 e atualmente presente nos cinco continentes, em quase cem países.

Desta pertença e índole, advém uma estrutura de valores muito vincada:

- **A matriz cristã**, que nos faz entender a educação, a cultura e o crescimento em qualquer idade como desenvolvimento integral e integrado numa totalidade à qual podemos chamar Humanismo Cristão, por referência a Jesus Cristo, a quem evangelicamente chamamos “Homem Novo”, querendo afirmar “Pessoa Total”;
- **A índole missionária**, que induz os Redentoristas a uma vivência da Liberdade muito concreta, reconhecendo que implica, por exemplo, não permanecermos reféns de nenhum modelo, grupo ou método, para procurarmos com generosidade, agilidade e assombro, em cada tempo e lugar, as formas mais aptas para a realização da nossa missão;
- **A presença na comunidade**, que assume a forma e a vocação de Solidariedade Social, a qual abraçamos como desafio permanente a vivermos em chave de serviço e disponibilidade, de sensibilidade e proximidade não só em relação à nossa comunidade institucional, da qual um dos pilares é o diálogo intergeracional, mas em relação à sociedade civil em que nos inserimos.

28.

Néia

A
B

2. Mensagem da Direção

Caros colaboradores, parceiros e amigos do PERPÉTUO,

Com alegria, dirigimo-nos a vós para apresentar o relatório económico deste ano, um ano marcado por desafios significativos, mas também por avanços importantes na nossa missão solidária.

Na verdade, não há um ano em que seja possível dizer diferente disto: “foi um ano marcado por desafios significativos”. Manter uma IPSS nos tempos que correm é, no mínimo, um grande atrevimento. E o que importa numa IPSS são as pessoas. Ora, cada pessoa é uma surpresa e uma instituição com a nossa torna-se uma constelação diária de criatividade e imprevisto, doação e tristeza, uns em etapas de vida muito felizes e outros passando por momentos difíceis.

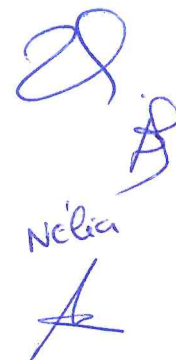
Depois, há o externo: não podemos ignorar que enfrentamos dificuldades económicas, como muitas instituições do setor solidário. A dignificação dos salários e a melhoria das infraestruturas, aliadas à incerteza económica e à redução de alguns apoios financeiros, representaram um desafio constante para a nossa gestão. No entanto, longe de nos paralisar, estas dificuldades impulsionaram-nos a procurar soluções inovadoras e sustentáveis para garantir a viabilidade do PERPÉTUO.

Por isso, implementámos estratégias de otimização de recursos, melhorámos a eficiência na gestão financeira e estabelecemos novas parcerias com entidades públicas e privadas que partilham a nossa missão. A transparência e o rigor na gestão financeira têm sido fundamentais para reforçar a confiança dos nossos colaboradores e parceiros.

Estamos a criar as condições necessárias para que o PERPÉTUO seja sustentável a longo prazo, sem comprometer a qualidade nem o alcance das nossas ações. Sabemos que o caminho ainda é exigente e que a prudência na tomada de decisões continua a ser essencial, mas cada esforço aproxima-nos de um modelo de gestão que garanta a estabilidade da Instituição.

Ainda assim, todos os dias, a nossa Instituição acolhe, acompanha e apoia pessoas em situação de vulnerabilidade, proporcionando-lhes um espaço onde se sentem ouvidas, valorizadas e dignificadas. Desde o apoio à infância e à juventude até ao acompanhamento de idosos e famílias em situação de fragilidade, o nosso compromisso traduz-se em ações concretas que fazem a diferença na vida daqueles que confiam em nós.

Nada disto seria possível sem a dedicação e a paixão das nossas equipas, cujo trabalho diário é um testemunho de que a solidariedade não é apenas um ideal, mas uma realidade que se constrói com esforço e entrega. Graças a todos, o PERPÉTUO continuará



Nelia

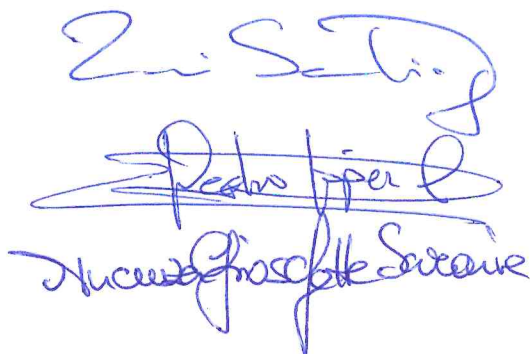
a ser um espaço de acolhimento, dignidade e novas oportunidades para muitas pessoas no Porto.

Continuemos a trabalhar juntos para que o PERPÉTUO continue a ser uma referência de solidariedade e serviço.

Com gratidão,

A Direção

Nélia



The image shows three handwritten signatures in blue ink, stacked vertically. The top signature is 'Zui S. Lino', the middle one is 'Pedro J. Pereira', and the bottom one is 'Núcia José da Silva'.

3. Aspectos relevantes da gestão do ano de 2025

O ano de 2025 decorreu com estabilidade ao nível da tesouraria, refletindo uma gestão prudente e rigorosa, particularmente no controlo e racionalização dos gastos da Instituição.

Destacam-se os principais aspetos que influenciaram o desempenho e a tomada de decisões ao longo do ano:

- **Financiamento do Ensino Profissional**

Em julho de 2025 apresentamos a nossa candidatura para financiamento dos cursos profissionais, no Balcão dos Fundos, para o ano letivo 2025/2026. Esta candidatura contemplava 2 novos cursos: Gestão e Contabilidade, num total de 11 turmas completas e duas meias turmas (agregadas). Formalizamos protocolos de parceria com duas Entidades, com vista à frequência de alunos angolanos na nossa Instituição.

Devido ao número reduzido de alunos inscritos em turmas de primeiro e segundo ano, bem como a não comparência atempada dos alunos angolanos, em território português, iniciamos o ano letivo com apenas 11 turmas, sendo que, quatro turmas passaram a estar agregadas. Também não abrimos os cursos de Gestão e Contabilidade.

A Escola Profissional não registou o crescimento previsto, tendo, por esse motivo, sido necessário proceder a um pedido de alteração à candidatura inicialmente aprovada.

O pedido de reembolso de setembro a dezembro de 2025 já se encontra submetido e a aguardar análise.

- **Aumento de utentes na área do Ensino Básico**

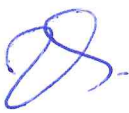



Em setembro de 2025 iniciamos o ano letivo com um aumento de 27 alunos no 1º ciclo, justificado essencialmente pelo encaminhamento de alguns alunos do 3º e 4º ano da Instituição de ensino “Casa Nossa Senhora da Conceição”, que encerrou o seu 1º ciclo no final do ano letivo 2024/2025. Este aumento é extraordinário e não terá impacto benéfico nos anos letivos seguintes.

Em relação ao ano anterior, perdemos 9 alunos no 2º ciclo, e aumentamos apenas 1 aluno no 3º ciclo.

A constante perda de alunos, principalmente nestes 2 ciclos, levou a Direção do Perpétuo, uma vez mais, a refletir sobre a sua continuidade, tomando a decisão do encerramento do 2º /3º ciclos a 31 de agosto de 2026.




Esta decisão resulta de um processo de análise ponderada, baseada em estudos de viabilidade organizacional e de alinhamento com a Missão Institucional, orientada pelo Carisma Redentorista, e insere-se numa reestruturação estratégica das respostas educativas do Perpétuo, tendo em vista a sua sustentabilidade e a orientação para respostas sociais e educativas emergentes.

ENSINO BÁSICO	Nº alunos face ao Ano Letivo anterior	2025/2026	2024/2025	2023/2024	2022/2023
1º Ciclo	+ 27	83	56	65	76
2º Ciclo	- 9	33	42	62	67
3º Ciclo	+ 1	52	51	61	49
TOTAL ALUNOS	+19	168	149	188	192

▪ Alargamento da Resposta Social Creche

Em fevereiro de 2025 abrimos duas novas salas da Creche (sala de bebés e sala de 1 ano), o que nos permitiu aumentar o número de utentes nesta resposta social, de 20 para 46 utentes.

Faz parte do plano de reestruturação da Instituição a criação de mais salas para esta resposta social, existindo a possibilidade de alargar a Creche para mais 46 utentes, ainda no ano de 2026.

▪ Pedidos de Execução Física e Pedidos de Reembolsos no Âmbito do PRR - Creche

No decorrer do ano, a Instituição continuou envolvida na gestão dos pedidos de execução física e de reembolsos, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para as obras da remodelação da Creche. Este processo exige um acompanhamento rigoroso dos prazos e requisitos estipulados, garantindo que todas as despesas fossem devidamente justificadas para permitir a obtenção dos reembolsos dentro dos prazos estabelecidos.

Conclusão

O ano de 2025 exigiu uma gestão cuidadosa e proativa, marcada por desafios burocráticos, financeiros, administrativos e estratégicos.

3.1. Evolução dos Resultados

Conta	Descrição	2025	2024	2023
72	Serviços prestados	1.377.743,28	1.184.827,21	1.181.224,40
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.325.123,28	1.389.330,15	1.248.823,07
76	Reversões	650,00	2.407,66	12.227,50
78	Outros rendimentos e ganhos	156.666,16	140.966,34	159.557,52
79	Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
Total de Rendimentos		2.860.182,72	2.717.531,36	2.601.832,49
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.559,11	13.589,59	15.955,57
62	Fornecimento e serviços externos	613.947,80	586.769,50	585.777,46
63	Gastos com pessoal	1.784.267,23	1.734.887,15	1.656.876,13
64	Gastos de depreciação e de amortização	175.880,19	162.394,45	141.826,94
65	Perdas por imparidade	2.801,94	6.496,99	2.684,25
67	Provisões do período	0,00	0,00	3.651,00
68	Outros gastos e perdas	298.185,75	372.569,15	264.144,33
69	Gastos e perdas de financiamento	51.180,21	109.780,11	79.306,99
Total de Gastos		2.939.822,23	2.986.486,94	2.750.222,67
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		-79.639,51	-268.955,58	-148.390,18

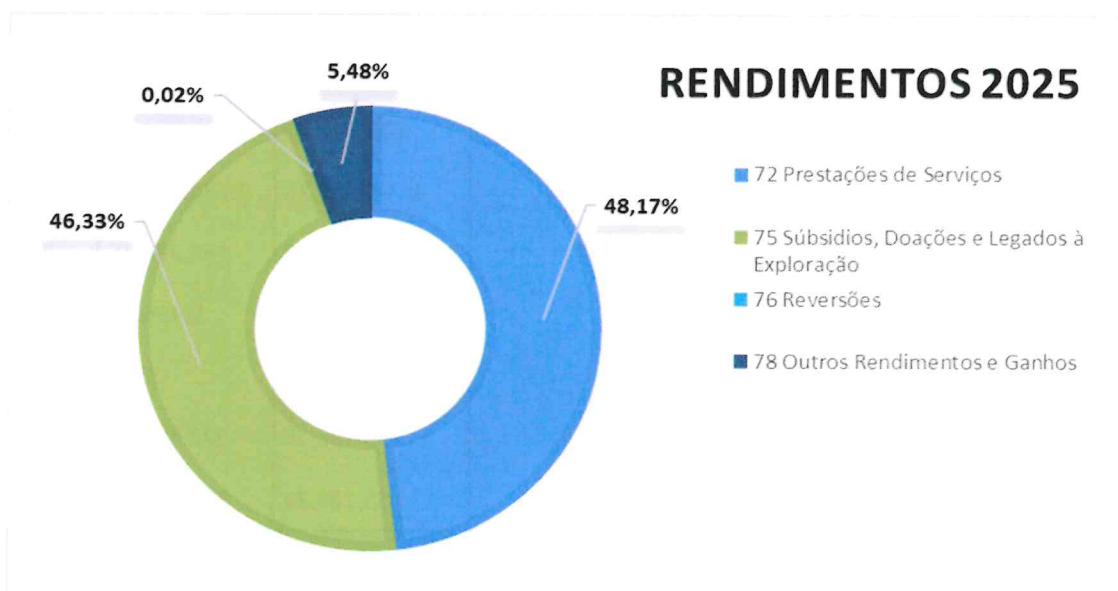
A análise dos resultados de 2025, no confronto com os anos recentes, revela alguns dados significativos, que importa colocar em destaque:

- No Total de Rendimentos, que se mostram ascendentes, é de salientar, o aumento significativo na rubrica Serviços Prestados, justificado pelo aumento do número de utentes da Creche com a abertura de duas novas salas de berçário, em fevereiro de 2025. Este número de utentes é participado pelo Instituto da Segurança Social.
- No que concerne ao Total de Gastos, a diminuição dos gastos e perdas de financiamento deve-se ao facto de a Instituição no final do ano 2024 ter liquidado antecipadamente dois financiamentos bancários ao Montepio e a amortização ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, originando uma diminuição dos

gastos. A rubrica de gastos com pessoal sofreu um aumento ligeiro originado pela atualização do salário mínimo nacional e consequentemente a atualização da tabela salarial.

- A análise do Resultado Líquido do Período demonstra que apesar das diminuições nos gastos, os rendimentos auferidos no período em análise não evoluíram ainda o suficiente para permitir um Resultado Líquido do Período positivo.

3.1.1. Rendimentos

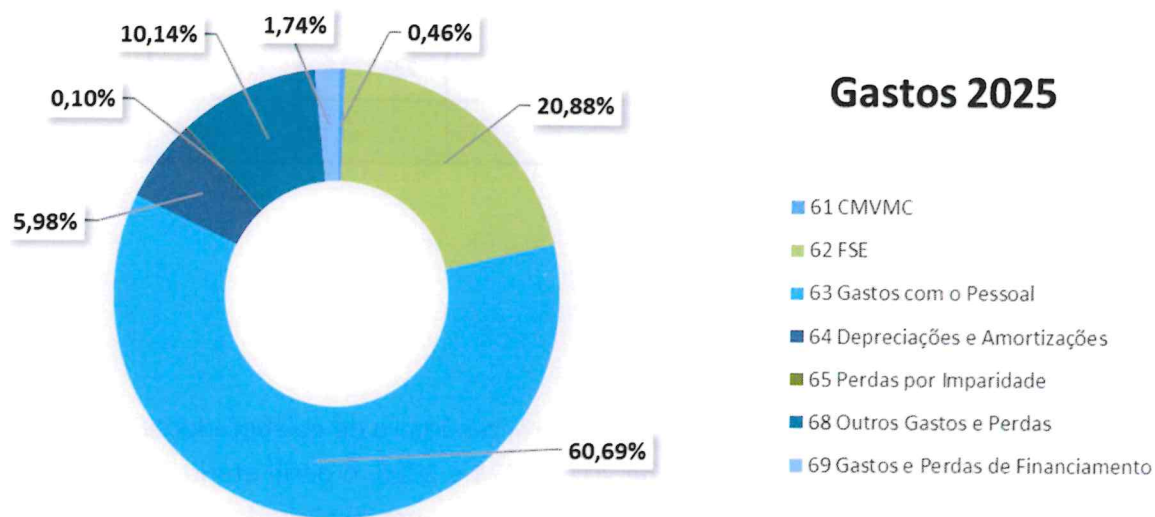


O gráfico circular acima exposto, procura representar as principais fontes de rendimentos do Perpétuo, Educação e Cultura. Cerca de 46% são relativos a Subsídios, Doações e Legados à Exploração, onde se destacam os subsídios habituais do PESSOAS2030 (anteriormente designado POCH), o subsídio da DGESTE, os subsídios do IEFP e os donativos consumidos pela Instituição.

Por outro lado, os valores pagos pelos utentes referentes aos serviços prestados e os subsídios correntes da Segurança Social, provenientes de Acordos de Cooperação, representam cerca de 48% das receitas totais.

Os outros rendimentos e ganhos representam uma percentagem de apenas 6%.

3.1.2. Gastos



28
A
Nélia

A análise de gastos, patente no gráfico circular anterior, em termos globais, revela diversos indicadores de especial importância.

A rubrica fornecimento e serviços externos, com representação de 21% do total dos gastos, reflete os gastos com os honorários do ensino, os gastos com a alimentação, energia, combustíveis, material didático, comunicações e outros consumíveis.

Os gastos com pessoal, que representam cerca de 61% do valor total, espelham os habituais aumentos do salário mínimo nacional e as atualizações das tabelas salariais.

3.2. Valências



	Jardim de Infância	Ensino Básico	Ensino Profissional	Centro de Dia	Recursos Partilhados	Total
Rendimentos	698.624,56	627.098,62	1.078.967,70	244.261,43	211.230,41	2.860.182,72
Gastos	524.897,64	687.861,77	767.887,92	233.127,89	726.047,01	2.939.822,23
Resultado Líquido	173.726,92	- 60.763,15	311.079,78	11.133,54	- 514.816,60	-79.639,51

3.3. Recursos Humanos

No quadro seguinte, é apresentado, por género, o número de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro dos anos de 2025, 2024 e 2023, o perfil etário da equipa, os níveis de habilitação, a antiguidade e o custo médio de um colaborador por ano.

		2025			2024			2023		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número de Colaboradores	No final do período:	6	66	72	7	66	73	6	61	67
	<i>Contrato</i>	6	58	64	5	57	62	5	54	59
	<i>Contratos CEI</i>	0	2	2	1	3	4	1	4	5
	<i>Estágios Profissionais</i>	0	6	6	1	6	7	0	3	3
Perfil Etário	Menos de 30 anos	0	12	12	0	12	12	0	16	16
	Entre 30 e 44 anos	2	18	20	2	15	17	0	13	13
	Entre 45 e 59 anos	4	28	32	4	28	32	6	19	25
	Mais de 60 anos	0	8	8	1	11	12	0	13	13
	Idade média	45	44	44	48	45	45	49	43	43
Níveis de Habilitação	Ensino Básico	0	6	6	1	7	11	0	8	8
	Ensino Secundário	2	21	23	2	17	19	1	15	16
	Ensino Superior	4	39	43	4	39	43	5	38	43
Antiguidade	Média em anos	9		10			12			
Gastos com o Pessoal	Total do Período	1.784.267,23			1.734.887,15 €			1.656.876,13 €		
	Média por colaborador	24.781,49 €			23.765,58 €			24.729,49 €		

Nos últimos dois anos, 2025 e 2024, o Perpétuo apostou na manutenção do quadro de pessoal, de forma a manter a qualidade e estabilidade das equipas de trabalho.

Os Custos com Pessoal tiveram um pequeno acréscimo justificado pelo aumento do salário mínimo nacional e consequentemente a atualização da tabela salarial.

Em 2025, cerca de 91,67% dos funcionários são do género feminino e a idade média aumentou para os 44 anos. Cerca de 59,72% dos trabalhadores têm formação superior.

4. Proposta de aplicação de Resultados

Quanto ao resultado líquido negativo do exercício, no montante de 79.639,51€ apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõem-se a transição para a conta de resultados transitados.

5. Outras informações requeridas

A Instituição não tem quaisquer dívidas à Autoridade Tributária, à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6. Perspetivas para o ano 2026

No encerramento do exercício financeiro, é fundamental refletir sobre as conquistas e os desafios enfrentados ao longo do ano. Com um olhar voltado para o futuro, apresentamos as perspetivas para o ano de 2026:

- **Alargamento da resposta Social Creche**

Com o encerramento do 2º/3º ciclos a Instituição ficará com espaço disponível para expandir esta esta resposta social, uma vez que existe muita procura por parte das famílias.

Com a criação de novas salas de Creche, a Instituição prevê acrescentar 46 novos utentes, ainda no decorrer do ano de 2026.

- **Captação de alunos para o Ensino Básico**

Para o ano letivo 2026/2027, o Perpétuo fará todos os esforços para conseguir angariar novos alunos, no 1º ciclo.

28
A
B
Néza

- **Criação de Novos Cursos no Ensino Profissional**

Para o ano letivo 2026/2027, é nossa intenção a criação de dois novos cursos no Ensino Profissional: Curso Técnico/a de Gestão e Administração e Curso de Cabeleireiro/a.

Esses novos cursos foram escolhidos após análise detalhada das necessidades do mercado de trabalho, na nossa região, bem como no crescente interesse demonstrado pelos jovens em adquirir competências nestas áreas específicas.

- **Criação de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**

No âmbito das perspetivas para 2026, e em resposta à crescente procura verificada, a Instituição prevê alargar a sua área de intervenção, complementando a valência de Centro de Dia com a implementação do Serviço de Apoio Domiciliário, de forma a reforçar a proximidade e a qualidade da resposta social prestada à comunidade.

- **Expansão do projeto “Formação empresarial” para empresas**

O Perpétuo, reconhecido pela sua experiência na formação profissional para jovens, expande a sua atuação com uma nova vertente dedicada à formação profissional para empresas.

Com a criação de uma nova vertente dedicada à formação profissional para empresas, em 2025, a Instituição irá alargar a sua oferta, passando a disponibilizar formação especializada para o setor empresarial, estruturada em duas modalidades: formação privada, onde os formandos investem na sua qualificação, e formação com programas de financiamento.

- **Fortalecimento de parcerias, para rentabilização de espaços**

Nesta área o Perpétuo pretende fortalecer as parcerias existentes ou criação de novas, com associações e outras entidades, de forma a angariar receitas estáveis e sustentáveis para o desenvolvimento económico da Instituição.

- **Recursos Humanos**

No âmbito do processo de reorganização decorrente do encerramento do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, a Instituição encontra-se a avaliar os impactos ao nível dos recursos humanos, em particular no que respeita ao corpo docente.

Este processo está ainda em fase de análise e articulação com os colaboradores envolvidos, sendo objetivo da Direção identificar soluções adequadas que salvaguardem, tanto quanto possível, a estabilidade e valorização dos recursos humanos, tendo em consideração as necessidades futuras da Instituição.

Neste contexto, estão a ser ponderadas diferentes alternativas de enquadramento, em função da evolução das respostas educativas e sociais, não se encontrando, à data, definidas decisões finais sobre esta matéria.

Nélia

Em continuidade ao trabalho realizado até agora, continuaremos a:

- Fortalecer a nossa identidade e alinhar nossas ações aos valores fundadores da Instituição.
- Aprimorar a estrutura organizacional para promover a colaboração e a eficiência.
- Garantir a estabilidade financeira através de uma gestão rigorosa e planejamento estratégico.
- Investir na manutenção e melhoria das instalações para proporcionar um ambiente adequado e seguro.
- Acompanhar de perto os projetos pedagógicos e estratégicos, garantindo sua execução dentro dos prazos e com a qualidade esperada.

Mantemos a confiança na nossa capacidade de continuar a progredir e a consolidar o nosso percurso, enfrentando os desafios com determinação e aproveitando as oportunidades com sentido estratégico e renovado entusiasmo.

Em 2026 o Perpétuo continuará a contar com o apoio da Congregação do Santíssimo Redentor.



Nélicia

7. Conclusões

Apresentamos a toda a “Comunidade PERPÉTUO” o relatório económico do ano 2025, expressão de alguns dos seus desafios e processos.

Durante o ano de 2025, continuamos com o Plano Estratégico aprovado para o Perpétuo. Partilhamos convosco algumas conclusões:

2025 foi um ano para repensar a nossa presença, tendo em conta os destinatários da missão Redentorista. Por isso foi aprofundada a análise do encerramento do 2º e 3º ciclo e a criação de novas respostas sociais.

No decurso do ano de 2025, foi constituída, a título experimental, uma Comissão de Gestão, com o objetivo de reforçar a coordenação e a eficiência da gestão corrente do Perpétuo, encontrando-se a sua continuidade dependente de avaliação futura quanto aos resultados alcançados.

O Perpétuo continuará a ajustar funções e responsabilidades de cada um dos responsáveis pelos departamentos e valências.

A Instituição assegurou em 2025, de forma consistente, o cumprimento atempado das suas obrigações perante fornecedores e demais entidades externas, refletindo uma gestão rigorosa e prudente da tesouraria, assente num controlo apertado dos gastos e numa criteriosa afetação dos recursos disponíveis.

Diariamente o Perpétuo procura reduzir as despesas de fornecimentos e serviços externos bem como aumentar as fontes de receita. A abertura de novas respostas sociais contribuirá para o aumento de receita de forma a fazer face às despesas fixas já existentes.

Quanto às instalações do Perpétuo, no ano de 2025, demos especial importância à implementação das Medidas de Autoproteção, tema que será contínuo nos próximos anos.

Continuaremos atentos às possíveis fontes de financiamento para as intervenções necessárias, para a renovação das infraestruturas.

Há caminho a fazer e este relatório aponta por onde há que ir. Tendo o “por onde”, estamos a construir o “como”. O “com quem” é bastante claro, porque sem aqueles que todos os dias dão o melhor de si no PERPÉTUO, não haveria sequer possibilidade de continuar. Além disso, também com os nossos parceiros de referência e confiança e com aqueles que fomos conseguindo atrair para o valor do nosso projecto e missão.

Nélia

8. Agradecimentos

Ao chegarmos ao final de mais um ano, olhamos com gratidão para o caminho percorrido. Tudo o que foi alcançado nasce do contributo de muitos e do empenho partilhado, que dá sentido e vida a este projeto.

Queremos, por isso, começar por reconhecer aqueles que são o seu coração: as nossas crianças, jovens e idosos. São eles que dão alma ao PERPÉTUO e que, com a sua presença diária, fazem desta obra um espaço vivo, cheio de significado.

Agradecemos igualmente às famílias, pela confiança que depositam em nós. A vossa proximidade, as vossas palavras e o vosso apoio constante são um estímulo para continuarmos a crescer e a melhorar.

Uma palavra muito especial para todos os colaboradores. O vosso trabalho, tantas vezes discreto, mas sempre dedicado e profissional, é essencial para que esta missão se cumpra. O cuidado e o carinho com que acompanham cada pessoa são um verdadeiro testemunho do valor desta casa.

Não podemos deixar de agradecer aos membros dos Órgãos Sociais, que, com generosidade e sentido de responsabilidade, colocam o seu tempo e experiência ao serviço da orientação e acompanhamento da Instituição.

Aos nossos benfeitores e parceiros, expressamos também a nossa sincera gratidão. O vosso apoio contínuo torna possível concretizar projetos e responder a necessidades reais. Convosco, confirmamos que a solidariedade e o compromisso podem transformar sonhos em realidade.

Estendemos ainda o nosso reconhecimento aos organismos públicos que nos acompanham e apoiam, nomeadamente o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, o Município do Porto, a Junta de Freguesia do Bonfim e Paranhos, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Ministério da Educação. A colaboração com estas entidades é fundamental para continuarmos a servir com qualidade e responsabilidade.

Com todos vós, renovamos o compromisso de continuar este caminho, atentos às necessidades mais urgentes do nosso bairro e da nossa cidade, e confiantes de que, juntos, podemos fazer sempre mais e melhor.

Porto, 30 de março de 2026

A Direção




Nélia

02 Balanço

RÚBRICAS	NOTAS	2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	7.669.488,01	7.808.909,69
Investimentos financeiros		3.136,47	5.781,40
		7.672.624,48	7.814.691,09
Activo corrente			
Créditos a receber	14.2	13.984,05	7.824,85
Fundadores/patrocinadores/doadores/ associados/membros	14.1	1.936,55	842,25
Diferimentos	14.4	10.767,46	8.705,94
Outros ativos correntes	14.3	1.051.669,24	1.552.611,10
Caixa e depósitos bancários	14.5	200.737,15	545.687,55
		1.279.094,45	2.115.671,69
Total do Activo		8.951.718,93	9.930.362,78
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	305.999,87	305.999,87
Resultados transitados	14.6	-12.155,10	215.228,75
Excedentes de revalorização	12,14.6	4.975.062,48	5.016.634,21
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	202.492,66	219.559,23
		5.471.399,91	5.757.422,06
Resultado líquido do período		-79.639,51	-268.955,58
Total dos Fundos Patrimoniais		5.391.760,40	5.488.466,48
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	2.060.696,25	2.151.474,77
		2.060.696,25	2.151.474,77
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	82.664,51	86.451,10
Estado e outros entes públicos	14.9	52.625,98	39.527,46
Financiamentos obtidos	7	161.172,61	74.176,01
Diferimentos	14.4	867.807,31	965.712,63
Outros passivos correntes	14.10	334.991,87	1.124.554,33
		1.499.262,28	2.290.421,53
Total do Passivo		3.559.958,53	4.441.896,30
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8.951.718,93	9.930.362,78

28.

Nélicia

A
A

03 Demonstração de Resultados por Natureza

RÚBRICAS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	1.377.743,28	1.184.827,21
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.325.123,28	1.389.330,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-13.559,11	-13.589,59
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-613.947,80	-586.769,50
Gastos com o pessoal	11	-1.784.267,23	-1.734.887,15
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-2.151,94	-4.089,33
Outros rendimentos e ganhos	14.12	156.666,16	140.966,34
Outros gastos e perdas	14.13	-298.356,88	-372.569,15
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		147.420,89	3.218,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-175.880,19	-162.394,45
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		-28.459,30	-159.175,47
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7	-51.009,08	-109.780,11
Resultado antes de impostos		-79.639,51	-268.955,58
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado Líquido do período		-79.639,51	-268.955,58

Handwritten signatures and initials:



 Nelson

04 Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	2025	2024
Act. Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	926.556,87	932.644,83
Recebimentos de subsídios	1.373.832,02	1.883.369,11
Pagamentos de bolsas	-248.125,47	-191.596,55
Pagamentos a fornecedores	-572.919,49	-667.394,26
Pagamentos ao pessoal	-1.242.731,07	-1.171.218,05
Caixa gerada pelas operações:	236.612,86	785.805,08
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-409.506,08	-567.507,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):	-172.893,22	218.297,82
Act. Investimento		
Pagamentos		
Activos fixos tangíveis	-80.027,46	-208.482,59
Recebimentos		
Subsídios ao investimento	0,00	70.000,00
Juros e rendimentos similares	4.912,50	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):	-75.114,96	-138.482,59
Act. Financiamento		
Recebimentos		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Outras Operações de Financiamento	0,00	1.630.000,00
Pagamentos		
Financiamentos obtidos	-58.773,86	-932.335,15
Juros e gastos similares	-23.168,36	-101.152,59
Outras Operações de Financiamento	-15.000,00	-489.571,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3):	-96.942,22	106.940,93
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-344.950,40	186.756,16
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	545.687,55	358.931,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	200.737,15	545.687,55

E.A.

 Nélia

05 Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	
Posição no início do Período 2025		305.999,87	0,00	0,00	215.228,75	5.016.634,21	219.559,23	-268.955,58		5.488.466,48
Alterações no período										
Realização de Excedentes de Revalorização					41.571,73	-41.571,73				
Excedentes de revalorização de ativos físicos tangíveis e intangíveis e respetivas variações					-268.955,58			268.955,58		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00	0,00	-227.384,25	-41.571,73	0,00	268.955,58		
Resultado Integral								-79.639,51		-79.639,51
Operações com Instituidores no período								189.332,26		-79.639,51
Subsídios, doações e legados										
Posição no fim do período 2025		305.999,87	0,00	0,00	-12.155,10	4.975.062,48	202.492,66	-79.639,51		5.391.760,40

Nélio

28

A

Nélia
[Assinatura]

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	
Posição no início do Período 2024		305.999,87	0,00	0,00	322.047,20	5.058.205,94	210.728,93	-148.390,18	5.748.591,76	5.748.591,76
Alterações no período										
Realização de Excedentes de Revalorização					41.571,73	-41.571,73				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações					-148.390,18			148.390,18		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00	0,00	-106.818,45	-41.571,73	0,00	148.390,18	0,00	
Resultado Integral										
Operações com Instituidores no período										
Subsídios, doações e legados								-268.955,58	-268.955,58	-268.955,58
Outras Operações								8.830,30		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.830,00		8.830,00	8.830,00
Posição no fim do período 2024		305.999,87	0,00	0,00	215.228,75	5.016.634,21	219.559,23	-268.955,58	5.488.466,48	5.488.466,48

06 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

28.

Nélia



1. Identificação da Entidade

O PERPÉTUO, Educação e Cultura - Instituição para o desenvolvimento da educação, da cultura e da solidariedade, anteriormente designado por Centro de Caridade Nossa Senhora Perpétuo Socorro, criado pela Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor, pessoa jurídica canónica n.º 500 903 336, através da Arquiconfraria de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, autorizada pelo respetivo Ordinário, nos termos do disposto na Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português e com os Estatutos aprovados em 05 de Janeiro de 1959 por Sua Exa. o Ministro da Saúde e Assistência.

O PERPÉTUO, Educação e Cultura - Instituição para o desenvolvimento da educação, da cultura e da solidariedade, doravante designado por Perpétuo, é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita ao Direito Canónico, de obrigações e de direitos consentâneos com a índole canónica de fundação pia autónoma, constituída por decreto da autoridade eclesiástica competente, composta por uma dotação ou universalidade de bens para desempenhar, sem fins lucrativos e em nome da Igreja Católica, o múnus indicado nos presentes Estatutos, em ordem ao bem público eclesial, ereta canonicamente por decreto do Ordinário e sob sua vigilância e tutela, cujos Estatutos são aprovados por esta autoridade eclesiástica.

Segundo o Direito Português, o Perpétuo é uma pessoa jurídica canónica reconhecida como Instituição de Utilidade Pública, qualificada como Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, sob o n.º 119/85 desde 06/11/1985, que adota a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e pelas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e pelas Portarias n.º 218/2015 de 23 de julho e 220/2015 de 24 de julho, e Avisos n.º 8154/2015 de 29 de julho, e 8259/2015 de 29 de julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

A
28.
A
Nélia

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas foram consistentes em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados ao justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. Os restantes elementos dos Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo por base as taxas máximas de depreciação prevista no Decreto regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, à exceção dos edifícios e elevadores que foram depreciados às taxas mínimas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: entre 10 e 100 anos;
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos;
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos;
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos.

Com a alteração das políticas contábilísticas no ano de 2016, a rubrica Propriedades de Investimento passou a integrar a rubrica Ativo Fixo Tangível.

28
Nélicia
A
B

Estas incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período (sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade) estão registados no ativo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

A
28.
A
Nélia

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou Terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*”
- b) “*As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*”
- c) “*As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“*A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*”

- d) “*Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*”
- e) “*Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao*”

diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- f) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

A
D

4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilística e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária de políticas contabilísticas.

Nélicia
D

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as aquisições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2025	Saldo em 01/01/2025	Aquisições /Dotações	Abates/Reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2025
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	1.773.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773.425,00
Edifícios e outras construções	6.245.079,64	2.609,35	0,00	0,00	0,00	6.247.688,99
Equipamento básico	599.870,83	1.629,94	-61.504,49	11.165,58	0,00	551.161,86
Equipamento de Transporte	49.300,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	53.300,00
Equipamento Administrativo	141.720,98	1.688,11	0,00	0,00	0,00	143.409,09
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12.259,22	0,00	0,00	0,00	0,00	12.259,22
Ativos tangíveis em curso	20.866,82	15.365,54	0,00	0,00	0,00	36.232,36
TOTAL	8.842.522,49	25.292,94	-61.504,49	11.165,58	0,00	8.817.476,52
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	349.653,66	137.864,06	0,00	0,00	0,00	487.517,72
Equipamento básico	506.414,34	27.379,72	-61.504,48	0,00	0,00	472.289,58
Equipamento de transporte	30.345,83	7.037,50	0,00	0,00	0,00	37.383,33
Equipamento administrativo	136.216,17	3.437,68	0,00	0,00	0,00	139.653,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10.982,80	161,23	0,00	0,00	0,00	11.144,03
TOTAL	1.033.612,80	175.880,19	-61.504,49	0,00	0,00	1.147.988,51
Ativos fixos tangíveis						7.669.488,01

2024	Saldo em 01/01/2024	Aquisições /Dotações	Abates/Reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	1.773.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773.425,00
Edifícios e outras construções	5.775.911,69	469.087,95	0,00	0,00	0,00	6.245.079,64
Equipamento básico	602.355,83	0,00	2.485,00	0,00	0,00	599.870,83
Equipamento de Transporte	114.299,09	0,00	64.999,09	0,00	0,00	49.300,00
Equipamento Administrativo	285.517,24	0,00	143.796,26	0,00	0,00	141.720,98
Outros Ativos Fixos Tangíveis	18.038,44	0,00	5.779,22	0,00	0,00	12.259,22
Ativos tangíveis em curso	388.768,01	99.844,76	0,00	467.745,95	0,00	20.866,82
TOTAL	8.958.395,30	568.932,71	217.059,57	467.745,95	0,00	8.842.522,49
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	231.319,24	118.334,42	0,00	0,00	0,00	349.653,66
Equipamento básico	482.217,10	33.700,93	9.503,69	0,00	0,00	506.414,34
Equipamento de transporte	92.307,41	7.549,95	69.511,53	0,00	0,00	30.345,83
Equipamento administrativo	275.756,42	4.160,37	143.700,62	0,00	0,00	136.216,17
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.600,79	0,00	5.779,22	0,00	0,00	10.982,80
TOTAL	1.098.200,96	163.745,67	228.495,06	0,00	0,00	1.033.451,57
Ativos fixos tangíveis						7.809.070,92

No ano de 2025, foi transferido para a rubrica de Equipamento Básico a aquisição do mobiliário da Creche, para a rubrica material didático o valor de 8.253,81€ e para rubrica mobiliário escolar o valor de 2.911,77€.

No final do exercício, manteve-se em Investimentos em Curso o projeto de revisão e atualização das medidas de autoproteção.

6. Inventários

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentava os seguintes saldos:

Descrição	Inventário em 31-12-25	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	2.636,50	13.959,36	13.559,11
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Inventário em 31-12-24	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	3.702,25	15.234,35	13.589,59
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Nélicia

Na conta 38 - Reclassificações e Regularizações de Inventários, contabiliza-se os donativos em espécie recebidos pela Instituição.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade apresentava os seguintes saldos na rubrica de juros e gastos similares suportados:

	Valor total do empréstimo 2025	Valor do Empréstimo (se dif. valor contratual)		Custos anuais de Empréstimos obtidos suportados	
		Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais juros suportados
Empréstimos genéricos:					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	486.868,86	131.172,61	355.696,25	22.763,10	18.778,51
<i>Empréstimos MLP</i>	405.665,37	57.984,12	347.681,25	19.958,51	17.949,05
<i>Contas caucionadas</i>	70.000,00	70.000,00	0,00	2.193,19	256,94
Toyota Financial Services	11.203,49	3.188,49	8.015,00	611,40	572,52
Outros financiadores	1.735.000	30.000,00	1.705.000,00	28.245,98	28.245,98
Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor	285.000,00	30.000,00	255.000,00	0,00	0,00
Centro Social Padres Redentoristas Castelo Branco	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00	28.245,98	28.245,98
Total	2.221.868,86	161.172,61	2.060.696,25	51.009,08	47.024,49

	Valor total do empréstimo 2024	Valor do Empréstimo (se dif. valor contratual)		Custos anuais de Empréstimos obtidos suportados	
		Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais juros suportados
Empréstimos genéricos:					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	475.650,78	159.176,01	316.474,77	98.786,50	73.433,85
<i>Empréstimos MLP</i>	361.397,13	56.126,00	405.271,13	94.645,35	71.386,17
<i>Contas caucionadas</i>	100.000,00	100.000,00	0,00	3.397,25	1.342,66
Toyota Financial Services	14.253,65	3.050,01	11.203,64	743,90	705,02
Outros financiadores	1.750.000,00	15.000,00	1.735.000,00	10.981,36	10.981,36
FRSS	0,00	0,00	0,00	10.981,36	10.981,36
Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor	300.000,00	15.000,00	285.000,00	0,00	0,00
Centro Social Padres Redentoristas Castelo Branco	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00	0,00	0,00
Total	2.225.650,78	174.176,01	2.051.474,77	109.767,86	84.415,21

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Esses encargos referem-se a juros relacionados com as contas correntes, com os empréstimos de médio e longo prazo e com o leasing.

Banco Montepio

A 31 de dezembro de 2025, a Instituição apenas apresenta um empréstimo bancário junto desta Entidade, com o valor em dívida de 237.268,80€, com amortizações mensais.

Millennium BCP

O Perpétuo está a liquidar prestações mensais, que incluem amortizações e juros, relacionados com o financiamento contraído neste banco, de acordo com o plano financeiro acordado. O capital atual em dívida é de 168.396,57€.

OUTROS FINANCIADORES:

Em dezembro 2024, para reestruturação das dívidas, com condições mais vantajosas, a Instituição:

- contratualizou um novo empréstimo junto da IPSS, Centro Social Padres Redentoristas de Castelo Branco, com aprovação da Província Portuguesa do Santíssimo Redentor, no valor de 1.450.000,00€. Este empréstimo, com uma taxa

de juro mais baixa, deverá ser amortizado em 20 anos com uma carência de 3 anos para o reembolso de capital;

- com este valor o Perpétuo amortizou a dívida ao Fundo de Reestruturação do Setor Social, no valor de 309.782,99€, liquidou os dois financiamentos ao Banco Montepio, no valor de 786.090,67€ e regularizou valores pendentes, aos fornecedores de imobilizado.

Em 2025 amortizamos 15.000,00€ do valor em dívida à Congregação do Santíssimo Redentor, de acordo com o contrato assinado, sendo que a 31 de dezembro o valor em dívida era de 285.000,00€.



Nélia

8. Réditos

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos na rubrica de prestação de serviços:

	2025			2024	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	1.377.743,28	100%	116,28%	1.184.827,21	100%
Totais	1.377.743,28			1.184.827,21	

A rubrica Prestações de Serviços está associada à atividade principal da Instituição, isto é, toda a faturação relacionada com as valências do Ensino e do Centro de Dia e os subsídios do Instituto da Segurança Social.

No ano de 2023, de acordo com a orientação da Comissão de Normalização Contabilística, as verbas recebidas do Estado, nomeadamente do Instituto da Segurança Social, I.P, relacionadas com os Acordos de Cooperação para as valências da Creche, Pré-escolar e Centro de Dia, passaram a ser contabilizadas na rubrica 72 em substituição da rubrica 75.

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

2025	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ ao investimento	130.856,20	5.051,76	130.094,48	12.014,81
Instituto da Segurança Social:	130.856,20	5.051,76	0,00	0,00
- M.T.S.S. - MASES	43.727,98	695,40	0,00	0,00
- PRR-RE-C03-i01-02-000229 (Creche)	87.128,22	4.356,36	0,00	0,00
Município do Porto:	0,00	0,00	103.600,00	7.859,88
- Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2021	0,00	0,00	53.600,00	5.359,92
- “Linha de Apoio à realização de Obras - 2023” – Creche (PRR)	0,00	0,00	50.000,00	2.499,96
Junta de Freguesia do Bonfim:	0,00	0,00	26.494,89	4.154,93
- Orçamento Colaborativo 2022	0,00	0,00	6.494,89	811,92
- Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2024	0,00	0,00	20.000,00	3.343,01
Ativos fixos tangíveis:	130.856,20	5.051,76	130.094,48	12.014,81
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	121.899,02	5.051,76	103.600,00	7.859,88
Equipamento básico	8.957,28	0,00	26.494,89	4.154,93
Subsídios relacionados com rendimentos/ à exploração	1.213.922,42	1.213.922,42	111.560,65	111.560,65
Instituto Segurança Social, I.P.	27.020,24	27.020,24	0,00	0,00
Inst.. Gestão Financeira S.S. (PESSOAS2030)	1.065.477,16	1.065.477,16	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	32.480,12	32.480,12	0,00	0,00
IEFP	88.944,90	88.944,90	0,00	0,00
Doações e Heranças	0,00	0,00	111.560,65	111.560,65
TOTAL	1.344.778,62	1.218.974,18	241.655,13	146.746,27

2024	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ ao investimento	130.856,30	1.421,46	130.094,48	6.588,50
Instituto da Segurança Social:	130.856,30	1.421,46	0,00	0,00
- M.T.S.S. - MASES	43.727,98	695,40	0,00	0,00
- PRR-RE-C03-i01-02-000229 (Creche)	87.128,32	726,06	0,00	0,00
Município do Porto:	0,00	0,00	103.600,00	5.776,58
- Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2021	0,00	0,00	53.600,00	5.359,92
- "Linha de Apoio à realização de Obras - 2023" – Creche (PRR)	0,00	0,00	50.000,00	416,66
Junta de Freguesia do Bonfim:	0,00	0,00	26.494,89	811,92
- Orçamento Colaborativo 2022	0,00	0,00	6.494,89	811,92
- Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2024	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Ativos fixos tangíveis:	130.856,30	1.421,46	130.094,48	6.588,50
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	121.899,02	1.421,46	103.600,00	5.776,58
Equipamento básico	8.957,28	0,00	26.494,89	811,92
Subsídios relacionados com rendimentos/ à exploração	1.160.929,50	1.160.929,50	228.400,65	228.400,65
Instituto Segurança Social, I.P.	20.480,32	20.480,32	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (PESSOAS2030)	978.346,96	978.346,96	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	39.355,42	39.355,42	0,00	0,00
IEFP	122.746,80	122.746,80	0,00	0,00
Agência Nacional para a Gestão do Programa ERASMUS+	0,00	0,00	110.398,00	110.398,00
Doações e Heranças	0,00	0,00	118.002,65	118.002,65
TOTAL	2.572.805,16	1.162.350,96	358.495,13	234.989,15

28
A
D
Nélia

Na rubrica Subsídios ao Investimento do Estado e Outros entes Públicos, no ano de 2025, existiram as seguintes alterações:

- No apoio aprovado em 2022, pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ao abrigo da medida PRR-RE-C03-i01-02-000229 (Creche) aplicamos uma redução do valor dos trabalhos complementares, que em 2024 ainda não foram validados em execução física, pelo Instituto da Segurança Social, apesar da obra já estar concluída. O saldo desta rubrica, de verba executada e aprovada é de 87.128,32.

10. Imposto sobre o Rendimento

No exercício de 2025 não há imposto a pagar.

11. Benefícios dos Empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferiram qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 64.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações do pessoal	1.369.270,92	1.314.271,69
Retroativos	16.407,99	12.480,66
Indemnizações	4.457,90	1.864,67
Encargos sobre remunerações	294.275,23	283.563,25
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	17.231,69	19.850,05
Gastos de ação social	17.616,81	16.897,43
Outros gastos com pessoal	65.006,64	85.959,40
TOTAL	1.784.267,23	1.734.887,15
Nº de Colaboradores ao serviço da Instituição em 31 de dezembro	64	62

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se essencialmente ao aumento do salário mínimo nacional e às atualizações das tabelas salariais das IPSS.

12. Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

A Instituição, no ano de 2020, registou uma avaliação dos terrenos e edifícios com base nos valores de mercado por avaliação realizada por um avaliador profissional qualificado, tendo obtido uma revalorização por decréscimo no montante de 1.223.258,83 €, segundo o seguinte quadro:

A Entidade não apresenta dívidas à Caixa Geral de Aposentações.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no ano 2025 foram de 4.428,00€ e no ano de 2024 foram de 4.428,00€ (valores com IVA incluído).

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

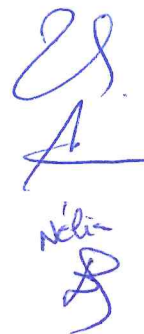
	2025	2024
Fundadores/beneficiários/patrocionadores/doadores/associados/membros	1.936,55	842,25
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	0,00
TOTAL	1.936,55	842,25

14.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2025	2024
Utentes c/c	13.984,05	7.824,85
Utentes Cobrança Duvidosa	8.132,31	9.973,57
Perdas por Imparidades Acumuladas	-8.132,31	-9.973,57
TOTAL	13.984,05	7.824,85

	2025	2024
Perdas por imparidade – em dívidas a receber	-2.801,94	-6.496,99
Reversões – de perdas por imparidade	650,00	2.407,66
TOTAL	-2.151,94	-4.089,33



No presente ano anulamos as seguintes dívidas de utentes:

- Jardim de Infância, no valor de 121,48€, referente ao período de 2024;
- Ensino Básico, no valor de 3.876,58€, referentes aos anos letivos de 2017/2018 e de 2021/2022.

Também no presente ano transferimos para cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- Ensino Básico, no valor de 5.613,60€, referentes ao ano letivo 2024/2025.

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes”, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte decomposição:

	2025	2024
Pessoal	100,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	63.837,47	66.207,84
IEFP	61.825,07	91.356,73
PESSOAS 2030	903.284,74	1.357.085,50
I.G.F.S.S., I.P – PRR Creche	21.093,10	33.851,40
Outros devedores	1.528,86	4.109,63
TOTAL	1.051.669,24	1.552.611,10

Em 2025 a rubrica “devedores por acréscimos de rendimentos” diz respeito a apoios do Instituto da Segurança Social, I.P. para a Creche e Pré-escolar (53.565,00), a pedidos de restituição do Iva à Direção Geral de Impostos (10.104,55€), juros obtidos (167,92€).

O valor mencionado no IEFP refere-se a medidas de apoio à contratação: Estágios Ativar, Contratos de Inserção, medida ATIVAR.PT, Compromisso Emprego Sustentável e Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto.

A rubrica do PESSOAS 2030, expressa:

- O montante de 120.763,85€, referente ao processo PESSOAS-FSE+-01747900, do ano letivo 2024/2025, a título de encerramento de contas;
- O montante de 782.520,89€, referente à aprovação do processo PESSOAS-FSE+-03100300, do ano letivo 2025/2026, deduzido o valor do adiantamento de 30%, recebido em outubro de 2025.

Na rubrica do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o valor refere-se ao Processo PRR-RE-C03-i01-02-000229 (Creche), cujo valor aprovado no final de 2022 foi de 140.288,06€. A título de adiantamentos recebemos 42.086,42€ e a título de pedidos de reembolsos recebemos 87.128,32€.

De acordo com o artigo 16 do Decreto Lei 53-B/2021 de 23 de junho “Os beneficiários diretos, intermediários ou finais a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º podem receber da Agência, I. P., por conta das verbas do PRR, a transferência do montante equivalente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) incorrido ou a incorrer e que por si tenha que ser diretamente suportado em despesas de execução de projetos exclusivamente financiados pelo PRR e com contratualização entre a «Recuperar Portugal» e os beneficiários diretos e intermediários, e entre estes últimos e os respetivos beneficiários finais”. No âmbito deste projeto PRR-RE-C03-i01-02-000229 o Perpétuo ainda irá receber 10.019,75€, por conta do Iva já liquidado.

Este projeto ainda se encontra em encerramento de contas, nomeadamente no que diz respeito à aprovação das despesas relativas aos trabalhos complementares.



Nélia
A
B

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	2025	2024
Gastos a reconhecer	10.767,46	8.705,94
Seguros a liquidar	5.636,76	6.696,58
Outras despesas c/ custo diferido	5.130,70	2.009,36
Rendimentos a reconhecer	867.807,31	965.712,63
IGFSS, IP	53.159,74	53.159,74
Ações de Formação – PESSOAS 2030	758.038,84	850.033,43
IEFP	50.353,73	56.542,56
Faturação antecipada	6.255,00	5.976,90

Na rubrica rendimentos a reconhecer está incluído o subsídio a reconhecer do Ensino Profissional, para o período de setembro de 2025 a agosto de 2026 (PESSOAS-FSE+-03100300).

Nesta rubrica, estão também incluídos os subsídios do IEFP relativos a Estágios, Contratos de Inserção e Medidas de Apoio à Contratação aprovados e que serão reconhecidos no ano seguinte, bem como a faturação antecipada.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2025	2024
Caixa	5.364,22	6.082,68
Depósitos Bancários – ordem	45.372,93	39.604,87
Outros Depósitos Bancários – Depósito Prazo	150.000,00	500.000,00
TOTAL	200.737,15	545.687,55

Em dezembro de 2025 foi constituído um depósito a prazo no valor de 150.000,00€, com a duração de 30 dias.

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:



	Saldo inicial 01.01.2025	Débito	Crédito	Saldo final 31.12.2025
Fundos Patrimoniais	305.999,87	0,00	0,00	305.999,87
Resultados transitados	215.228,75	1.047.591,16	1.035.436,06	-12.155,10
Excedentes de revalorização	5.016.634,21	41.571,73	0,00	4.975.062,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	219.559,23	17.066,57	0,00	202.492,66
Subsídios	219.559,23	17.066,57	0,00	202.492,66

O valor mencionado nos resultados transitados, refere-se à aplicação do resultado líquido negativo de 2024 (268.955,58€) e o reconhecimento do excedente de revalorização (41.571,73€).

O valor referente a subsídios diz respeito às imputações no período dos subsídios ao investimento do Estado e outros entes públicos e dos subsídios de outras entidades (ver nota 9).

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	2025	2024
Fornecedores c/c	82.664,51	86.451,10

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Ente Públicos	2025	2024
Passivo	52.625,98	39.527,46
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	11.560,49	10.992,75
IVA	3.332,75	1.045,55
Segurança Social	31.167,68	20.489,09
Outras Tributações	6.565,06	7.000,07

28.
A
Nélio

14.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	2025	2024
Pessoal	74,76	82,90
Fornecedores de investimento	15.067,48	50.960,34
Credores por acréscimos de gastos	311.672,51	278.616,77
Outros credores	8.177,12	794.894,32
TOTAL	334.991,87	1.124.554,33

A rubrica “credores por acréscimos de gastos” incluiu o montante de 234.948,11€ de remunerações a liquidar em 2026 (férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais), o montante de 29.302,34€ de juros a liquidar, o montante de 27.603,75€ de bolsas de formação profissional e o montante de 13.148,22€ referente aos Prestadores de Serviço.

Na rubrica “Outros credores” estão incluídos os seguintes montantes: devolução à Direção Geral da Administração Escolar (4.526,12€), bem como os processos judiciais a liquidar (3.651,00€).

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

	2025	2024
Fornecimentos e Serviços externos	613.947,80	586.769,50
Subcontratação	194.745,68	190.666,94
Serviços especializados	223.159,44	208.387,92
- Trabalhos especializados	36.238,29	42.146,31
- Publicidade	4.514,17	977,19
- Vigilância e Segurança	4.360,16	4.522,91
- Honorários	149.754,39	129.835,53
- Comissões	277,03	858,23
- Conservação e reparação	28.015,40	30.047,75
- Serviços Bancários	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00
Materiais	30.191,49	19.693,92
Energia e fluidos	63.989,03	55.934,90
- Eletricidade	42.366,64	32.679,07
- Combustíveis	5.470,33	8.610,00
- Água	16.152,06	14.645,83
Deslocações e estadas	21.084,90	32.397,86
Serviços Diversos	80.777,26	79.687,96
- Rendas e alugueres	3.977,47	3.308,56
- Comunicações	4.419,29	6.013,34
- Seguros	11.436,52	9.860,46
- Representação	15,00	0,00
- Limpeza e Higiene	13.248,40	12.147,04
- Outros Serviços	47.680,58	48.358,56
Encargos de saúde com utentes	600,75	1.488,45
Atividades extracurriculares/pedagógicas	32.203,55	30.588,16
Cobrança e angariação de Benfeitores	14.209,00	15.127,40
Outros	667,28	1.154,55

Nélia

Os valores dos fornecimentos e serviços externos, no exercício de 2025 comparativamente ao exercício de 2024, apresentam uma mudança pouco significativa.

O aumento dos gastos com honorários está relacionado com a contratação de formadores técnicos, para o Ensino Profissional.

Em meados de 2025 a Instituição adquiriu uma nova viatura, para transporte de utentes do centro de Dia, o que fez reduzir os gastos com os serviços de transporte, com entidades externas.

Nélia

14.11. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

		2025	2024
Rendimentos suplementares e rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Outros rendimentos suplementares	69.769,80	59.219,83
	Totais	69.769,80	59.219,83
	Sinistros	1.315,00	2.494,57
	Descontos de pronto pagamento obtidos	39,74	0,00
	Outros rendimentos e ganhos	326,30	846,07
	Totais	1.681,04	3.340,64
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores:	30.418,39	25.262,72
	<i>Instituto Segurança Social, I.P.</i>	22.001,41	12.042,54
	<i>Correção de Férias e Subsídio de Férias + Impostos</i>	7.231,79	0,00
	<i>IEFP</i>	0,00	1.772,80
	<i>Outras</i>	1.185,19	11.447,38
	Imputação de subsídios para investimentos	17.066,57	28.049,47
	Restituição de impostos	17.544,93	19.782,53
	Benefícios de penalidades contratuais	9.229,80	0,00
	Donativos	5.187,71	4.852,82
	Juros obtidos	5.767,92	458,33
Totais	85.215,32	78.405,87	
Totais		156.666,16	140.966,34

O valor mencionado na rubrica de Rendimentos Suplementares refere-se essencialmente à receita do aluguer de salas de formação, do pavilhão, da locação da garagem e da faturação de manuais escolares e escola virtual.

Na rubrica correções relativas a períodos anteriores destaca-se o valor da compensação salarial das Educadoras, no âmbito da candidatura ao PEDEPE - Programa de Expansão e

Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, aprovada para o ano letivo 2023/2024 e as correções das estimativas efetuadas para os valores de férias e subsídio de férias, acrescido de impostos.

Durante o ano de 2025, cinco colaboradoras cessaram o contrato de trabalho com o Perpétuo, por sua iniciativa, sem o devido aviso prévio, justificando o valor apresentado em “benefícios de penalidades contratuais”.

14.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

		2025	2024
Impostos	Impostos diretos	0,00	0,04
	Impostos indiretos	0,00	0,00
	Taxas	2.495,55	4.631,12
	Totais	2.495,55	4.631,16
Perdas em inventários	Outras perdas	0,01	0,00
	Totais	0,01	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	Sinistros	1.555,51	3.884,79
	Totais	1.555,51	3.884,79
Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	10.668,40	14.287,55
	Quotizações	693,00	513,00
	Contribuições Seg. Social – Trab. Independentes	2.823,00	3.009,43
	Outros não especificados	23.347,58	21.163,69
	Totais	37.531,98	38.973,67
Custos com Apoios Financeiros	Subsídios, Donativos, Bolsas de Estudo	256.602,70	325.079,53
	Totais	256.602,70	325.079,53
Totais		298.185,75	372.569,15

Na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, está incluída uma correção relativa ao subsídio do PESSOAS 2030 (461,44€), umas correções relativas à Segurança Social (2.110,56€), um acerto relativamente à estimativa de férias e subsídio de férias e respetivos encargos (4.682,14€) e outros acertos relativos ao ano anterior.

Na rubrica de outros não especificados, estão incluídos os gastos com os manuais escolares e com a escola virtual.

Na rubrica de custos com apoios financeiros, estão discriminados os custos da seguinte forma:

	2025	2024
Projeto Erasmus	0,00	128.594,46
Bolsas de Formação Profissional	256.602,70	196.485,70
Bolsas de Material de Estudo	14.765,75	14.321,50
Subsídio de Alimentação	191.418,00	167.424,00
Subsídio de Alojamento	34.739,63	4.074,08
Bolsa de profissionalização	15.679,32	10.665,49

28
Nélia
A

14.13. Juros e Gastos similares suportados

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e gastos similares suportados:

	2025	2024
Juros e gastos similares suportados	51.180,21	109.780,11
Juros suportados	47.024,49	84.430,70
Outros gastos	3.984,59	25.349,41

Nesta rubrica está bem patente a diminuição dos gastos com os juros suportados, relativos aos nossos financiamentos, devido à amortização de dois empréstimos junto das Instituições Bancárias, no final do ano de 2024.

14.14. Valências, nº de utentes e quadro de pessoal

ÁREA DO ENSINO	2025/2026	2024/2025	2023/2024	2023/2022
Creche	48	20	20	20
Pré-escolar	65	65	65	65
1º Ciclo	85	56	65	76
2º Ciclo	34	42	62	67
3º Ciclo	53	51	61	49
Ensino Profissional	212	203	184	194
TOTAL ALUNOS	497	437	457	471

ÁREA SOCIAL	2025	2024	2023	2022
Centro de Dia	52	49	52	42

RECURSOS HUMANOS	Valência	
1 Diretora de Projetos	Institucionais "comuns a toda a Instituição"	
1 Diretora do Departamento de Desenvolvimento Humano		
2 Psicólogas		
1 Diretora do Departamento Financeiro e Secretariado		
1 Contabilista		
1 Técnica Superior de Gestão de Pessoal (Chefe Divisão)		
3 Escriutárias		
1 Diretor dos Sistemas de Informação (Informática)		
1 Coordenadora de Parcerias, Serviços Gerais e Comunicação Institucional		
1 Porteiro		
5 Auxiliares de Serviços Gerais / Manutenção		
1 Diretora Técnica		Creche
2 Educadoras de Infância		
5 Auxiliares de Ação Educativa *		
1 Auxiliar de Serviços Gerais	Pré-escolar	
1 Diretora Pedagógica		
3 Educadoras de Infância		
4 Auxiliares de Ação Educativa *		
1 Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Básico	
1 Diretor Pedagógico		
5 Professoras de 1º Ciclo		
6 Professoras de 2º/3 Ciclo		
5 Auxiliares de Ação Educativa *		
1 Auxiliar de Serviços Gerais		
1 Diretor Pedagógico	Ensino Profissional	
1 Técnica Superior (Secretária)		
7 Professoras / Formadores		
2 Auxiliares de Ação Educativa		
1 Auxiliar de Serviços Gerais		
1 Diretora Técnica	Centro de Dia	
2 Educadoras Sociais (Animação sociocultural) / motoristas		
1 Auxiliar de Ação Direta / motorista		
1 Auxiliar de Serviços Gerais		

* Com apoio de Estágios Ativar (IEFP).

14.15. Entidades Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresentava saldos com as seguintes entidades relacionadas:

- Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor: 285.000,00 €, dos quais 30.000,00 € classificados no passivo corrente e 255.000,00 € no passivo não corrente;

- Centro Social Padres Redentoristas Castelo Branco: 1.450.000,00 €, classificado no passivo não corrente.

Em 31 de dezembro de 2024, os referidos saldos ascendiam a 300.000,00 € e 1.450.000,00 €, respetivamente.

O financiamento obtido junto do Centro Social Padres Redentoristas Castelo Branco foi contratado em dezembro de 2024, no âmbito da reestruturação da dívida da Entidade, prevendo amortização em 20 anos e 3 anos de carência de capital.

As condições detalhadas destes financiamentos encontram-se divulgadas na Nota 7 – Custos de Empréstimos Obtidos.



14.16. Pressuposto da continuidade

Não obstante a Entidade ter apresentado resultados líquidos negativos nos exercícios de 2025, 2024 e 2023, respetivamente no montante de 79.639,51 €, 268.955,58 € e 148.390,18 €, a Direção entende que se mantém adequado o pressuposto da continuidade, tendo em consideração as medidas de reestruturação e reorientação estratégica em curso, nomeadamente o alargamento da resposta social de Creche, a previsão de implementação do Serviço de Apoio Domiciliário, o desenvolvimento da área de Formação Empresarial, a reorganização das respostas educativas e o apoio institucional da Congregação do Santíssimo Redentor.

Neste contexto, face ao encerramento do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, prevê-se a libertação de espaços físicos, em dois edifícios, que serão aproveitados para o reforço e alargamento de outras respostas sociais.

Entre as principais linhas de desenvolvimento, destaca-se a intenção de expandir a valência de Creche, respondendo à crescente procura nesta área, bem como a criação de um Serviço de Apoio Domiciliário, permitindo diversificar a oferta e dar resposta a necessidades emergentes da população, em particular da população idosa.

A Instituição, também, em 2026, dará continuidade ao projeto de “Formação Empresarial”, iniciado já em 2025, consolidando esta área como uma vertente complementar da sua atividade e apostando no seu desenvolvimento progressivo.

Este projeto passará a disponibilizar formação especializada para o setor empresarial, estruturada em duas modalidades: formação privada, onde os formandos investem na sua qualificação, e formação com programas de financiamento.

Estas iniciativas refletem o compromisso da Instituição em assegurar a sustentabilidade da sua missão, adaptando-se a novos contextos e mantendo uma intervenção ativa e

relevante no apoio social, reforçando assim a perspetiva de continuidade das suas operações, ainda que com uma evolução nas áreas de atuação.

14.17. Acontecimentos após data de Balanço

Após a data do balanço, mais concretamente em janeiro de 2026, foi dada a conhecer aos encarregados de educação, aos funcionários e outras entidades externas, a deliberação da direção referente ao encerramento do 2º /3º ciclo do Ensino Básico, no final deste ano letivo.

A Direção do Perpétuo está consciente dos desafios inerentes ao processo de reestruturação em curso. Este encerramento constitui uma decisão estratégica que, embora necessária, poderá implicar impactos negativos, nomeadamente ao nível financeiro, bem como ao nível da perceção da comunidade e do corpo docente.

Também esta alteração poderá traduzir-se numa redução de receitas associadas à atividade educativa e na eventual extinção de alguns postos de trabalho, com as naturais implicações sociais e organizacionais. Adicionalmente, reconhece-se que esta mudança poderá gerar apreensão junto da comunidade educativa, exigindo um esforço acrescido de comunicação e gestão da transição.

Assim, a Direção considera que, apesar dos impactos de curto prazo, a implementação destas medidas contribuirá para assegurar a continuidade da atividade da Instituição, reforçando a sua missão e capacidade de resposta, ainda que com uma adaptação às novas realidades sociais.

No contexto de Portugal, a guerra em curso no espaço europeu e internacional tem gerado impactos económicos e sociais relevantes. Para a nossa IPSS, estes efeitos traduzem-se, de forma particular, no agravamento dos custos operacionais (nomeadamente eletricidade, combustíveis, alimentação e serviços), na maior dificuldade das famílias em suportar comparticipações, no aumento da procura por respostas sociais e no risco de redução de donativos e apoios. Este enquadramento adverso exige uma gestão mais prudente e eficiente dos recursos, bem como a adaptação contínua das respostas sociais às crescentes necessidades da comunidade.

O Perpétuo reconhece que, nesta fase, fazer previsões sobre a atividade económica e social requer cautela devido à instabilidade global, incluindo conflitos armados, movimentos nacionalistas e crises políticas e energéticas.

Para 2026, a Instituição prevê um ano exigente com muitas incertezas, não só para o Perpétuo, mas sim para todas as IPSS. No entanto, a Instituição está determinada a superar os desafios e a manter o nível de serviços prestados aos utentes.


Nélica


Para tal, contará com o apoio contínuo da Congregação do Santíssimo Redentor.

Os factos acima descritos configuram acontecimentos subsequentes à data do balanço que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, tendo sido objeto de divulgação por serem relevantes para a compreensão da evolução futura da Entidade.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificados outros acontecimentos subsequentes suscetíveis de divulgação adicional ou de ajustamento às quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

15. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 30 de março de 2026.

O Contabilista Certificado

Nélia Figueiredo

A Direção

Zu Sá
Pedro Lopes
Inês José da Silva

07 Relatório e Certificação Legal das Contas

Oscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 110
Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de PERPÉTUO, EDUCAÇÃO E CULTURA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 8.951.719 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.391.760 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 79.840 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de PERPÉTUO, EDUCAÇÃO E CULTURA, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

28.
Nelia
A
A

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de direção;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da Direção com as demonstrações financeiras.

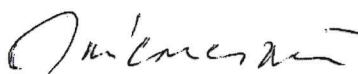
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da Direção

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório da Direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 30 de março de 2026

Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
(registada na CMVM com o n.º 20161429)
Representada por:



José Carlos Canedo Gonçalves da Mota (Insc. n.º 767 e registado na CMVM com o n.º 20160400)



Nélia



08 Parecer do Conselho Fiscal

PERPÉTUO, EDUCAÇÃO E CULTURA
- Instituição para o Desenvolvimento da Educação, da Cultura e da Solidariedade -
Rua de Costa Cabral, nº 120
4200 208 Porto C.A.E.: NIPC: 500868548

Folha 11

ATA NÚMERO 9

----- Conselho Fiscal do PERPÉTUO EDUCAÇÃO E CULTURA -----

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu, nas instalações do Gabinete de Administração Provincial da Congregação do Santíssimo Redentor em Portugal, o Conselho Fiscal do PERPÉTUO EDUCAÇÃO E CULTURA, em cumprimento das disposições estatutárias. -----

Estiveram presentes todos os membros do órgão fiscalizador, designadamente Maria Inês Nabais Monteiro, na qualidade de Presidente, Célia Marlene Pinto Bonifácio e Maria Margarida Ribeiro Magalhães, Vogais. A reunião foi presidida por Maria Inês Nabais Monteiro e secretariada por Célia Marlene Pinto Bonifácio. -----

Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Único: Analisar e dar parecer acerca das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e cinco e da Proposta de Aplicação dos Resultados. -----

Deu-se início aos trabalhos com a análise das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e cinco e da respetiva Proposta de Aplicação dos Resultados, conforme documentação previamente apresentada pela Direção. -----

No decurso da reunião, o Vice-Presidente da Direção apresentou uma síntese das atividades desenvolvidas ao longo do exercício, bem como dos resultados alcançados, evidenciando um resultado líquido negativo de **79.639,51 euros**. Após a apresentação, foram prestados todos os esclarecimentos considerados necessários pelos membros do Conselho Fiscal. -----

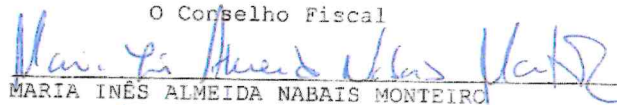
Procedida à análise da documentação e tendo em conta os esclarecimentos obtidos, o Conselho Fiscal considerou que as contas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis. -----

Face ao exposto, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e cinco, bem como da Proposta de Aplicação dos Resultados. -----

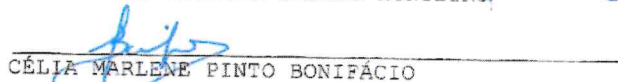
Não havendo mais assuntos a tratar, a sessão foi encerrada, tendo sido lavrada a presente ata, que vai ser assinada por todos os membros do Conselho Fiscal. -----

O Conselho Fiscal

A Presidente:


MARIA INÊS ALMEIDA NABAIS MONTEIRO

O Vogal:


CÉLIA MARLENE PINTO BONIFÁCIO

O Vogal:


MARIA MARGARIDA RIBEIRO MAGALHÃES

28.
Nélia

A
D

09 Decisão da Direção

PERPÉTUO, EDUCAÇÃO E CULTURA
- Instituição para o Desenvolvimento da Educação, da Cultura e da Solidariedade -
Rua de Costa Cabral, nº 120
4200 208 Porto C.A.E.: NIPC: 500868549

Folha 56

28
Nélia
A
A

ATA NÚMERO 32
--- PERPÉTUO, EDUCAÇÃO E CULTURA ---

----- Aos 30 dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas, reuniu a Direção do PERPÉTUO EDUCAÇÃO E CULTURA, Instituição Particular de Solidariedade Social, com NIPC 500868549, na sede social na Rua de Costa Cabral, nº 120 4200-208 Porto, estando presentes os membros Padre Rui Filipe Correia Santiago, Padre Pedro Lopez Calvo e Vincenza Giosafatte Saraiva, Presidente, Vice-Presidente e Vogal, respetivamente. -----

----- Conforme convocatória para o efeito a Ordem de Trabalhos é a seguinte: -----

Ponto único: Apresentação, discussão e aprovação do Relatório de Gestão e Contas, do ano de dois mil e vinte e cinco; -----

----- Aberta a sessão e apresentadas as contas relativas ao ano de dois mil e vinte e cinco, representadas por balanço, demonstração de resultados, balancetes, ficheiros e documentação complementar, foi explicada a formação do resultado líquido negativo de 79.639,51 Euros (setenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove euros e cinquenta e um cêntimos). -----

Posto à votação o ponto único da ordem de trabalhos, e após parecer do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Gestão e Contas, do ano de dois mil e vinte e cinco, que se anexa à presente ata. -----

----- Não havendo mais nada a deliberar, a foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente:

Rui Filipe Correia Santiago
PE. RUI FILIPE CORREIA SANTIAGO, CSSR

O Vice-Presidente:

Pedro Lopez Calvo
PE. PEDRO LOPEZ CALVO

O Vogal:

Vincenza Giosafatte Saraiva
VINCENZA GIOSAFATTE SARAIVA